



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA

ATA Nº 99.^a SESSÃO ORDINÁRIA.

REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1988.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibart, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Fúlio, Antônio Belinati, Domingos Scarpellini, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Valderi Mendes Vilela (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 121/88

Curitiba, 25.11.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos seguintes:

Nº de Ordem e data	Data do conv. original	Objetivo
17º, 27.07.88	02.06.79	Classificação de produtos de origem vegetal;
18º, 09.09.88	07.10.76	pesquisas sobre mercado agrícola SIMA;
24º, 02.09.88	02.10.75	Programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA;
1º, 18.08.88	30.11.87	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado;
10º, 22.07.87	20.03.81	Defesa sanitária animal;
11º, 17.06.88	20.03.81	Defesa sanitária animal;
5º, 20.10.87	16.02.82	Provas laboratoriais para diagnósticos das doenças dos animais;
6º, 13.06.88	16.02.82	Provas laboratoriais para diagnósticos das doenças dos animais;
6º, 08.06.88	28.11.84	Erradicação do bico do algodoeiro;
9º, 21.12.87	31.03.81	Defesa e vigilância fitossanitária;
10º, 27.06.88	31.03.81	Defesa e vigilância fitossanitária;
10º, 18.11.87	18.12.80	Inspecção da produção de sementes e mudas certificadas no Estado;
11º, 25.07.88	18.12.80	Inspecção da produção de sementes e mudas certifi-

cadavres no Estado.

Para os mesmos fins, é também encaminhada cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 336/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO DEFICIENTE FÍSICO-MENTAL DA TIA MARIA, de Curitiba-Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção ao Deficiente Físico-Mental da Tia Maria, com sede e foro nesta Capital, estabelecida à Rua Clotário Portugal, 35, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem como objetivo auxiliar e proteger o deficiente físico-mental, como também ao aluno em atraso escolar sem condições financeiras para frequentar estabelecimentos normais de ensino.

PROJETO DE LEI Nº 337/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Distrito Administrativo de FELISBERTO, no Município de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações:

"Pela Estrada Estadual de Curitiba a Sapopema PR-090, começando no ponto onde a mesma cruza o Ribeirão Barra Grande, na divisa com o Município de Sapopema, descendo pelo Ribeirão Barra Grande em direção Norte-noroeste, até encontrar o Rio Tibagi na direção Oeste, seguindo até en-

Curitiba, quinta, em 08.12.88

contrar o Ribeirão das Antas na direção Sudoeste-Sul e Sudeste, até encontrar o Ribeirão Guaçuvera na direção Leste, deste seguindo até encontrar o ponto que o mesmo cruza com a antiga Estrada Estadual Curitiba a Sapopema na direção Nordeste, até a Estrada Estadual Curitiba a Sapopema PR-090, deste seguindo até encontrar o ponto inicial do perímetro; confrontando ao Noroeste-Norte e Nordeste com o município de Sapopema, ao Leste com área remanescente do Município de Curitiba, pertencente ao seu Distrito Sede, ao Sul-Sudoeste com o Município de Telêmaco Borba e a Oeste com o Município de Ortigueira."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva dar atendimento a antiga e justa reivindicação dos habitantes de Felisberto, em elevar-se à categoria de Distrito Administrativo.

Considerando os benefícios que a nova configuração político-administrativa propiciará aos habitantes daquela localidade, nada mais justo e oportuno que esta Assembléia venha hipotecar seu apoio à presente proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pinda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputada.

Na terça-feira, pela manhã, Ponta Grossa, o Paraná e o Brasil perderam uma de suas maiores lendas em matéria de radiofonia. Faleceu aqui em Curitiba, Alfredo Pinto Pereira de Barros, o Barros Júnior, radialista que se radicou em Ponta Grossa no início da década de 50, e que marcou o rádio-jornalismo não apenas de Ponta Grossa, mas de todo o Estado do Paraná.

Barros Júnior como carinhosamente era chamado em Ponta Grossa, durante os últimos trinta anos marcou a vida dos Campos Gerais. Chegou em Ponta Grossa trazido pelas mãos do saudoso professor João Ricardo Borell du Vernay para jogar basquete. Já àquela época no Estado de São Paulo, mais precisamente na Rádio Panamericana, desenvolvia suas atividades como radialista. Na Princesa dos Campos começou a trabalhar na Rádio Clube Pontagrossense, a tradicional PRJ 2, onde permaneceu também por mais de trinta anos.

Graças a Barros Júnior, o Paraná e o Brasil conheceram muitos radialistas de

renome. Aqui mesmo em Curitiba, inclusive nesta Casa, alguns iniciaram a carreira radiofônica orientados por Barros Júnior. É o caso do Deputado Nestor Baptista, é o meu caso, é o caso de Ney Costa, hoje na Rádio Bandeirantes. É também de outros profissionais que estão militando em vários cantos do Brasil.

Trabalhei de segunda a segunda-feira com Barros Júnior durante quase dez anos. De segunda a sábado fazíamos rádio-jornalismo e aos domingos cortávamos o Brasil afóra, transmitindo futebol. Abandonei o rádio já na década de 1970, mas a amizade com Barros Júnior permaneceu. Não há como marcar um discurso, a personalidade de Barros Júnior, o que ele fez em favor de Ponta Grossa e do Paraná, mas com um outro jornalista de Ponta Grossa ele formou uma dupla que paralisava Ponta Grossa e paralisou-a durante quase trinta anos, às 12 horas. Guaraci Paraná Vieira, que usa o pseudônimo de Vieira Filho, escrevia a crônica diária "Perfis da Cidade", durante trinta anos por Barros Júnior.

A minha homenagem e a homenagem de Ponta Grossa, peço licença para ler. É a última crônica de Vieira Filho, no dia da morte de Barros Júnior. (Lê):

"PERFIS DA CIDADE"

"Bom dia amigo e colega Barros Júnior. Neste momento em que você desperta no Mundo Espiritual, amparado pela Misericórdia Divina, recebido pelos familiares, amigos e colegas que o precederam no retorno à Vida Maior, nós, os seus colegas, amigos, admiradores, fãs de todas as idades, estamos envolvendo sua querida esposa e filhos, seus demais familiares, nas vibrações de uma prece de conforto e solidariedade cristã, amparando-os nesta saudade que começa pela sua ausência física, embora todos nós saibamos que você permanece vivo, refazendo-se da proveitosa jornada da vida terrena, para reiniciar novos labores no outro plano da vida.

A cidade que você tanto amou e serviu, a radiofonia pontagrossense e paranaense que você dignificou e engrandeceu de modo tão nobre e tão eficiente, impulsionando seu crescimento desde o instante em que na veterana Rádio Clube Pontagrossense você tomou um microfone e fez ecoar pelos ares síncios da Princesa dos Campos e pelas ondulações campinas dos Campos Gerais, a sua voz sonora e melodiosa, grave e emotiva, iniciando uma jornada de glória e de bons serviços à comunidade, a cidade toda, a população inteira, amigo Barros Júnior, se une num pensamento de apoio e de gratidão, emoldurando seu espírito lúcido e dinâmico, com irradiações espirituais de muito carinho e emoção, numa homenagem que sabemos que você está ouvindo, porque jamais esteve desligado das ondas poderosas da

radiofonia, parte integrante de sua vida de radialista de escol, exemplo e apoio para tantas gerações de radialistas, de jornalistas e de profissionais da televisão, que durante mais de quatro décadas tiveram em você um mestre e um líder incontestável.

Todos nós estamos no ar, nas ondas da Rádio Vila Velha AM e FM, nas sintonias da Rádio Clube Pontagrossense e da Mundial FM, no som da Rádio Difusora de Ponta Grossa, na frequência da Rádio Central do Paraná, nas ondas da Rádio Santana e da Lagoa Dourada FM, no som e imagem da TV Esplanada Canal 7, e nas páginas veteranas e pioneiras do "Diário dos Campos", nos noticiários do "Jornal da Manhã", nas colunas de outros jornais do Paraná e nos muitos prefixos de radiodifusão que conhecem o seu trabalho e que estão solidários conosco nesta mensagem de saudade e gratidão, assinalando de maneira fraterna e amiga o fim de sua preciosa caminhada pelos roteiros do mundo material e seu regresso no mundo espiritual, cumprida uma missão, como o lutador, o trabalhador que, findo o labor, comparece para receber o mérito da tarefa bem cumprida.

Estou escrevendo, amigo e colega Barros Júnior, ocupando o espaço que por mais de trinta anos nós dois ocupamos na Rádio Clube Pontagrossense e na Rádio Difusora, no "Diário dos Campos".

Estou escrevendo singelas e pobres crônicas focalizando os muitos perfis da cidade, tentando expressar emoções as mais variadas. Você lendo, interpretando, dando vida, colorindo, valorizando, transmitindo ao ouvinte toda a emoção da sua sensibilidade, aquecendo com o calor humano da sua voz bonita e interpretação impecável, o descolorido escrito que abria os grandes noticiosos daquelas emissoras valorosas.

Quando você deixou a difusora, eu parei de escrever porque estava sendo interrompida aquela sintonia de mais de três décadas.

A Crônica de Vieira Filho, na interpretação de Barros Júnior, saía do ar e das pioneiras páginas do jornal "Diário dos Campos".

Agora, com muita emoção, com as lágrimas teimando em umedecer as teclas da velha "Olivetti", que escreveu tantos perfis, estou escrevendo o seu perfil, o perfil de um homem bom, de um esposo dedicado e amoroso, de um pai extrovertido e amigo, de um colega ímpar e talentoso, de um cidadão que inscreveu seu nome com letras indeléveis nas páginas da história pontagrossense e nos nossos corações, na nossa saudade.

Então, sinto que não sei escrever. Não consigo colocar no papel tudo aquilo que você é. Lembro o garotão do basquetebol,

trazido pela mãos nobres do inesquecível Borell du Vernay, do jovem que se tornou um dos maiores radialistas do Brasil, que casou com a Isabel e aqui ficou para sempre, servindo, ensinando, revolucionando a radiofonia em todos os campos da sua atuação, que cresceu e ajudou a cidade crescer, no esporte, na cultura, na educação, em todos os setores, dizendo, opinando, combatendo ou apoiando como um autêntico realizador.

Agora a cidade se une, a população sintoniza com as ondas do seu espírito, para comovida e grata lhe dizer: Obrigado, amigo Barros Junior, até um dia nos caminhos sem fim da vida.

Deus o abençoe e proteja."

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, companheiros Deputados.

O tempo é pequeno, evidentemente, vou só analisar em forma de um ensaio, atencamente bem, ensaio da situação nacional.

Oportunamente nas sessões sucessivas, subseqüentes, vamos, detalhadamente, reportar alguns aspectos que estamos vivendo.

Eu queria me referir então ao Pacto Social. Pacto é a palavra de ordem neste Brasil, como é o Pacote Fiscal, o Pacote Tributário do Governo Federal e dos Governos Estaduais.

E eu não posso aqui esconder a minha preocupação.

E não a escondendo, quero portanto chamar a atenção pela falta de harmonia, bom senso, para o momento atual, bom senso enquanto o colegiado que se reúne a nível nacional, pela vez primeira, empresários, empregados, governos e políticos, sentando à mesa para achar uma solução, de repente o Governo apressada, desairosa e indisciplinadamente intelectual, acha de encontrar as soluções para reduzir o déficit público, e achar que a solução é essa.

Ontem vimos aí o Presidente das Unidas Socialistas Democráticas da Rússia, Gorbachev, chamar a atenção do mundo e aí deu um enfoque todo especial no Brasil, porque ele acredita no Brasil e eu também acredito no Brasil.

Fui um soldado cívico, democrático em defesa dessas instituições, e não posso e não devo admitir que apressadamente tomem-se decisões, para que no grande público, na expressão, na grande força soberana que é o povo, recaia o fardo dessas irresponsabilidades.

Já estou dando, por antecipação, razão para qual eu faço um ensaio, e não posso admitir, companheiros, e não quero fazer a cabeça de ninguém. Não pelo fato de eu ser

Governo, sou antes de tudo brasileiro, e se nós queremos achar a solução para o Brasil, não é por aí que vamos encontrá-la. Razão pela qual quero que, diante desse Pacto, desse Colegiado que se reúne e já está a se desintegrar, porque não estão achando as soluções necessárias.

Então, quero chamar a atenção de vocês, porque tudo isso vai ser repassado para o contribuinte, para o consumidor e não existirá salário algum que venha dar a sustentação necessária.

Nós estamos caminhando para um momento de desestruturação nacional. Pelo amor de Deus! Atentem bem para esse detalhe! Se governo de uma outra potência vem e dá um crédito, um voto de confiança para este Brasil, por que não acharmos outras soluções que não sejam estas, companheiros? Razão pela qual, digo aqui, no curso, no decurso de nossos trabalhos, direi oportunamente o que vamos analisar e fazer.

Desculpem o meu entusiasmo, mas sinceramente, acho que em vez de ajudarmos, estamos atrapalhando.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Em matéria transcrita no Suplemento da Folha de São Paulo, "Viva a Vida", de 16 de setembro do corrente, chama a atenção pela sua gravidade de denúncia.

O título da matéria "O mar não está para peixe", dá uma visão clara do que estamos praticando em termos de destruição ambiental, de intoxicação de nossas águas, de nossos mares, de nossos animais e de todos nós.

Estamos praticando um genocídio, de forma Apocalíptica, onde o despejo de metais pesados tornará, dentro de poucos anos, nossos rios e mares num verdadeiro "monturo" de lixo industrial, sanitário e agrícola.

O Estado do Paraná não foge à regra.

Seus rios antes piscosos, são hoje verdadeiros canais de esgoto a céu aberto, onde se pode pescar latinhas de cerveja, garrafas plásticas, recipientes de agrotóxicos e outros materiais, os mais diferentes da fauna aquática.

Há muito seria necessário uma ação enérgica, para que possamos preservar algo que nos possibilite a busca de alimentos, o caminho para a colonização, o esgotamento de nossas produções e o abastecimento de águas para nossas cidades.

A situação é tão catastrófica, que de-

sario aqui de público, a quem quer que seja, a me provar se os volumes de água que hoje ingerimos, apesar de tratados convenientemente pela SANEPAR, não podem ter traços de metais pesados. Quem pode afirmar com segurança, que o cádmio, mercúrio e chumbo não estejam presentes, como disse, em traços?

Quem pode assegurar que aquela criança que está hoje ingerindo água filtrada, não esteja sendo aos poucos envenenada por um desses metais pesados, podendo nos dias de amanhã apresentar um quadro canceroso?

Não vai nenhuma crítica à SANEPAR, muito pelo contrário, a ela que se façam os devidos elogios, pela sua atuação no abastecimento das cidades.

Nossa preocupação hoje, está com o futuro, com o que será de nós, com tal política. Com a política irresponsável de se produzir a todo custo, sem se importar com o custo adicional, a saúde humana e meio ambiente, a ecologia agredida de forma tão contundente, que se tivéssemos recebido sobre nós a explosão de 10 bombas atômicas, os estragos presentes e futuros não seriam tão danosos.

Um país que tem uma vida comercial produtiva de menos de 400 anos, está fadado ao apocalipse ecológico, por mera falta de responsabilidade, de uma sociedade insensata que não se preocupa com o futuro, pois o presente, quanto mais caótico, melhor será para eles, irresponsáveis.

A bacia hidrográfica paranaense, hoje está doente.

Como doente estará dentro de pouco tempo toda a população paranaense. O nosso litoral paranaense não está isento de receber cargas de toneladas de material contaminante, de material poluído.

Hoje, mais do que nunca, está na hora de sair do vernáculo, do discurso, da promessa, esta é a hora de ação, de agir enquanto há tempo, para que não venhamos no amanhã, nos culpar por crime de omissão.

Solicito desta douta Mesa, que ampare todas as medidas e iniciativas sérias, sem cunho político e partidário, que estejam trabalhando em prol de um Paraná menos poluído.

Não adianta em nada estarmos proferindo discursos magníficos e inflamados de cunho ecológico, se não referendarmos e exigirmos que se cumpram determinados dispositivos legais, como a aplicação do receituário agrônomico, da exigência de instalação de filtros nas indústrias poluentes, que não permitam que destilarias de álcool se instalem às margens de cursos naturais de água, pois são sempre elas as grandes culpadas pelos desastres ecológicos que temos presenciado.

Por último, Senhores Deputados, com a promulgação da nova Constituição Federal,

teremos a oportunidade para, no dia seguinte, iniciarmos a nossa Constituição Estadual.

Convido a todos os parlamentares desta Casa, associações de proteção ao meio ambiente e a sociedade como um todo, para escrevermos uma nova página constitucional onde o respeito pelo meio ambiente, a proteção à fauna e à flora, estejam presentes como estão em países avançados, como o Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e outros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Tenho o dever e a obrigação, como Deputado, como cidadão e como participante da nossa sociedade, de denunciar nesta tribuna desta Casa de Leis, algo de inadmissível que ocorre no Estado do Paraná.

Há mais de dez anos que a empresa Pinho-Fleck, com patrimônio representado por terras, vem sendo processada por agentes financeiros, dentre eles o Banco do Brasil.

A sua existência em nosso Estado sempre foi danosa, sobre todos os aspectos. foi algo de ser catalogado como apocalíptica, daninha e perniciososa. Justifico tais adjetivos.

Primeiro, explorou todos os recursos naturais, até a sua total extinção, sem que tenha tomado o mínimo conhecimento do Código Florestal Vigente. Segundo, explorou o homem. Esse tipo de exploração sempre é mais maléfico. O homem sendo explorado para o enriquecimento de madeireiros inescrupulosos, que carream todos os recursos e lucros, para outras atividades que não o convívio pacífico e harmônico com a natureza e com os homens que lhes serviram.

Hoje, decorridos tantos anos, depois de tantos desmandos, de tantos favoritismos, tal empresa, antes de ver suas terras levadas à hasta pública, requer falência.

Último ato de quem não tem competência para gerir seus negócios, mesmo que escusos. O nosso expoliado Estado do Paraná, não tem mais que 0,5% de cobertura florestal nativa, por quê? Porque empresas desse quilate, que através dos anos se locupletaram com o que se extraiu, que sempre patrocinaram atividades outras, que não fossem às de seu interesse, devastaram áreas imensas, de florestas de pinheiros e outras essências nativas de magna importância para todos nós.

E o que nos resta?

Restaram esparsos reflorestamentos, com Pinus Taeda, Eliottis, e não quero

aqui ser perjuro, mas quase que com certeza, foram reflorestamentos frios, com as benesses dos incentivos fiscais, que até hoje ainda não deram o mínimo resultado positivo.

Mas, Senhores Deputados, o que de mais grave ocorreu, é que essas terras antes produtivas, hoje abrigam um verdadeiro deserto verde, que é um reflorestamento com *Pinus Taeda* e *Elliotis*. Essas terras hoje improdutivas, sem cumprirem o seu dever social, estão fazendo parte de uma massa falida. Famílias inteiras, crianças, mulheres, idosos, estão à beira de estradas quais personagens do romance Victor Hugo, *Os Miseráveis*. Muitas dessas famílias trabalharam para tais proprietários, que hoje entram ou permitem que entrem com um pedido de falência. Se é legal ou ilegal, a nós não cabe analisar, somente nos cabe denunciar situações que não podem se repetir no correr desses novos anos pós-Constituinte. Por anos a fio, o Banco do Brasil gerenciou essas situações sem que para tal houvesse uma solução. Houve sim, uma solução de continuidade, onde os beneficiários foram os proprietários da *PinhoFleck*.

Por mais de 10 anos desenvolve-se luta jurídica entre os que exploraram as nossas terras e o Banco do Brasil.

A mencionada empresa, através de um artifício ou de uma coleção de artifícios, conseguiu que fosse declarada a sua falência.

No Diário Comércio e Indústria, do dia 5 de julho do ano em fulcro, está registrado o pedido de falência, que deu entrada na 4.ª Vara Cível Central de São Paulo, com Processo de nº 129/85, referente à fração "C", do imóvel Chopin, da Gleba Chopin.

Pergunto, em nome dos que estão acampados à beira de rodovias: o que é mais importante para nós brasileiros, para nós paranaenses, a luta jurídica que ora se traveste de pedido de falência, ou que terras sejam destinadas a essas famílias, de uma forma mais vertical e ortodoxa, qual seja a desapropriação pura e crua, sem que sejam aventadas as mínimas possibilidades de recurso.

Basta, Senhores Deputados, de engodos, de falcatriuas.

Essa hábil batalha judicial que ora se inicia entre a *Pinho-Fleck* e seu requerente de falência irá demorar por mais uns 10 anos, e enquanto isso tais terras não cumprirão, como até o momento, o dever social a que se destinam.

Não concordo e nem posso concordar com tal.

Cabe a todos nós políticos, homens de bom senso, impedir de todas as formas e maneiras, que se concretize essa barbaridade. Interesses escusos, não têm guarida

nesta Casa e abrigo da classe política que não tem o consentimento para tal.

Se bancos oficiais não tiveram a devida competência para resolver tal problema, nós políticos temos a mais patriótica das razões, para que sejam orientados esforços no sentido de que sejam essas terras desapropriadas e entregues aos trabalhadores que reivindicam um pedaço dela para tirar o seu sustento.

Ações desse tipo, de pedido de falência, quando se tratar de empresas onde o bem maior a ser penhorado, ou que faça parte de uma massa falida, deve ser objeto de desapropriação plena, e que sejam discutidos depois os destinos dos T.D.A. (Títulos de Dívida Agrária)."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) No Horário das lideranças, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até quando vamos tolerar que o Governo Federal negligencie questões importantes e permita que o povo brasileiro não só pague pela incompetência administrativa, mas ainda tenha que correr risco de vida?

Em setembro passado, o Governo Federal resolveu cortar aquilo que considerou excessos, dentro da operação padrão. Assim, a conservação das estradas foi relegada a segundo plano, permitindo que a segurança do povo brasileiro corra riscos. Assistimos, agora, ao Governo do Estado preocupado com a segurança dos paranaenses, especialmente nessa época próxima das festas natalinas e férias escolares, autorizando operação "tapa-buracos" nas rodovias federais. Nada mais louvável. É a tentativa de salvar vidas, que muito provavelmente correriam riscos, esburacadas pela irresponsabilidade federal.

É momento, no entanto, não de taparmos buracos da administração federal. Mas, de nos posicionarmos a fim de que ela assumisse seu papel perante a população brasileira. O Governador Álvaro Dias deixou claro que não está assumindo a conservação das estradas federais no Paraná, mas preservando a vida do cidadão paranaense. Enquanto assistimos, de mãos atadas, a absurdos como a ferrovia Norte-Sul, se delineando na

paisagem de contrastes do Brasil, estamos arriescando a vida ao transitar pelas rodovias federais. Enquanto isso, tentando suprir as falhas deste Governo, tantas vezes omissas, a população se une para recuperar estradas do Interior. É do que precisamos, senhores, de união. União para cobrarmos, juntos, do Governo Federal, as suas obrigações.

Assistimos trabalhadores e empresários negociando o pacto social. O Governo Federal, só a muito custo começa a anunciar suas medidas, para torná-lo possível. Porém, o que vamos é, pelo menos em parte, um desastre. O que, por outro lado, são medidas que visam a aumentar a arrecadação. Por outro lado, temos propostas de corte nos financiamentos da agricultura, atingindo especialmente o pequeno e miniprodutor, que mais necessita de créditos de custeio.

Onde está o equilíbrio, a coerência? O agricultor já não está sendo suficientemente penalizado, desde o Plano Cruzado, quando muitos chegaram a perder suas propriedades, por não terem conseguido pagar as dívidas, nessa época? A estiagem prolongada, que está comprometendo o plantio da safra de verão já não é um boicote natural ao agricultor?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos nos abster de dar apoio a este setor tão fundamental para a economia do nosso Estado. Parece que não estão querendo que a agricultura se recupere. De um lado, o Governo Federal acena com a convenção do trigo pela variação da OTN Fiscal. Uma vitória para o produtor, sem dúvida, já que está sendo obrigado a saldar seus compromissos através desta verdadeira moeda nacional.

De outro lado, eu proponho a redução dos gastos com financiamento na agricultura limitando créditos de custeio tanto para produtores como para as cooperativas. Onde está a perspectiva de recuperação do setor? Pelo menos foi revista a comercialização do trigo permitindo que as regras do mercado livre sejam postas em prática.

Essa talvez a única das conquistas representativas dos últimos dias; não há outras.

A privatização da comercialização do trigo poderá significar a independência, certo, a volta à livre iniciativa com menor envolvimento do Governo no mercado. Mas, as outras medidas necessárias, como ficam?

Precisamos estar atentos, precisamos cooperar conjuntamente para levarmos ao Governo Federal a se conscientizar de que é necessário o cumprimento de suas obrigações e ao mesmo tempo que deve devolver à sociedade, as suas atribuições, libertando-a do jugo que o Estado estabeleceu no-

tadamente nos últimos tempos.

É assim, Srs. Deputados, que se concretizará o verdadeiro exercício da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhora Excelentíssima Deputada, Senhores Deputados.

Após um longo tempo não utilizávamos a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Se não o fizemos foi porque percorríamos os municípios em que representamos nesta Assembléia Legislativa. E ao vivermos durante o período eleitoral de 1988, convivemos com as comunidades e com sua população, tivemos a oportunidade de sentir do povo as maiores dificuldades encontradas em razão da crise econômica que vivemos neste País.

E qual seria a crise em que vivemos massacrando todos os segmentos da sociedade prejudicando desde o bóia-fria até os grandes empresários deste Estado, deste País?

Como seriam os responsáveis por esta crise que vive hoje nosso País?

Será que seria a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná? Será que seriam os Deputados Estaduais?

Não, Sr. Presidente. A irresponsabilidade em que vivemos hoje neste País atribuo à irresponsabilidade administrativa do Governo Federal. Governo Federal este que desde que milito na vida pública nunca dei sustentação a esses comportamentos e, principalmente à maioria que se encontra hoje no ministério do Governo Federal.

O PMDB hoje é responsabilizado; todas as críticas caem em cima do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Chegaram a dizer a mim de que, se talvez não estivesse no PMDB, eu estaria eleito à Prefeitura de Cianorte. Eu não posso responsabilizar um Partido que deu a este Deputado, 3 mandatos para Vereador, em Cianorte e 2 mandatos na Assembléia Legislativa do Paraná.

Não posso responsabilizar um Partido, que talvez tenha sim a sua responsabilidade, por não saber gerenciar as pessoas que nele adentraram, e se tornando um rio, cheio de curvas e os entulhos, os enodos ficando pelas curvas! Não responsabilizo o meu PMDB: em Brasília não existe a bandeira da administração do meu PMDB, existem oportunistas! Aqueles que vieram e aqueles que estão no Poder, buscando os interesses pessoais, acima de tudo, e esquecendo os compromissos com a

população do nosso País!

Brasil! Um Brasil gigante, um País cheio de esperança, e quantos e quantos anos os brasileiros sonham com o futuro e este futuro não chega! E quantas e quantas vezes assistimos pela televisão, especialmente pela Rede Globo, às denúncias dos desmatamentos, lá na Amazônia, e nenhuma providência é tomada! Quantas denúncias em relação ao Pantanal do Mato Grosso, da poluição, da pesca abusiva, e providências não são tomadas!

Que Governo? Que responsabilidade? Que firmeza administrativa podemos encontrar em Brasília? Quando há momentos de decisão e depois voltam atrás com aquilo que assumiram com o povo brasileiro!

Su entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos que unir as classes políticas de todos os segmentos e fazermos uma avaliação, séria e responsável, para traçarmos um caminho gerenciado, em busca de esperança e de tranquilidade ao povo brasileiro!

Hoje, o setor agrícola de nosso Estado, o setor agrícola brasileiro, não tem nenhuma previsão, nenhuma perspectiva de futuro, não sabe se investe ou se não investe, porque não há uma programação agrícola, neste País. Não existe, na hora de decidir os recursos que serão repassados à agricultura brasileira, não há participação nenhuma do agricultor, apenas o pacote vem e o agricultor é obrigado a engolir o pacote de Brasília! De pacote, o povo brasileiro já está cansado! Não podemos misturar os políticos que têm responsabilidade e seriedade com aqueles que não têm compromisso com a população e não têm responsabilidade e nem seriedade!

O Paraná é um exemplo hoje, é um Estado governado por um Governador que tem as melhores intenções, procurando solucionar, em parte os grandes problemas vividos também na área econômica do nosso Estado, mas o que adianta lutarmos para endireitarmos um Estado, quando não há preocupação a nível de Ministério e a nível de Presidente da República, José Sarney? Endireitar uma Nação que tanto precisa!

E, é isso que nós precisamos, porque o povo está insatisfeito, está desacreditado da classe política, e temos que resguardar esta grande responsabilidade, e ao mesmo tempo resgatar a responsabilidade da classe política, combatendo esses abusos de Poder, que existem lá em Brasília!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Não havendo mais oradores inscritos, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando foi criada a Lotopar, iniciativa de um dos parlamentares desta Casa, da bancada Governista, mas que nós sabíamos na ocasião, que por orientação e inspiração do Senhor Governador da criação da Lotopar, já, na oportunidade, nos manifestamos contrário porque entendíamos que o Brasil e o Paraná dispunham de uma grande variedade de apostas, além do jogo do bicho, esportiva e tal, mas foi aprovado, existe aí a Lotopar, que parece que está engatinhando, não pega. Agora, vem o ilustre Deputado Orlando Pessuti, que preside o Grupo Parlamentar Agropecuário com tanta dignidade, dedicação, competência e que tantos serviços relevantes tem prestado através daquela Comissão ao Paraná, surpreender-me ao apresentar Projeto de Lei, que tem o número 303, que visa instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos no Paraná.

Senhor Presidente, se temos o jogo do bicho, que a extração é de uma vez por dia, agora se instalou, oficializou no Paraná além do jogo em si, a extração de duas vezes ao dia. Nós temos a Lotopar, que é do Paraná, uma vez por semana, temos a Loteria Esportiva, a Loteca, temos a Loteria Federal com duas extrações semanais, me parece, a Loteria Estadual, agora mais uma!

Quer dizer, vai ser difícil, o paranaense vai ter que jogar de manhã, à tarde, ao meio-dia, 10:00 horas, 06:00 horas da tarde, é difícil, é muita coisa, é muito jogo no Paraná. Quer dizer, nós não podíamos votar esta matéria sem que pelo menos disséssemos de viva voz a nossa contrariedade, a inoportunidade desse projeto. Tenho o maior respeito e a maior estima pelo Deputado Orlando Pessuti, mas ampliar o número de variedade, o número de

apostas, de sistemas lotéricos ou não no Paraná, é demais! Nós não podemos aceitar e votamos contra.

Da mesma forma Sr. Presidente, concluindo, para dizer que é lamentável que o Sr. Governador depois de inspirar, orientar, indicar, aconselhar a criação do Partido Trabalhista Brasileiro aos seus companheiros, ele agora o amaldiçoa; os primeiros dias após os resultados das eleições de 15 de novembro, ele cria e amaldiçoa.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela ordem) -

Senhor Presidente, é evidente que nós não poderíamos concordar com as manifestações do ilustre Deputado Basílio Zanusso. Este Projeto n° 303/88, do ilustre Deputado Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a instituir e explorar novas modalidades de concurso. No entanto, não obriga ninguém a jogar, Sr. Presidente. A população do Paraná é livre e joga se quiser. Apenas, através deste projeto, o Deputado Orlando Pessuti visa alcançar uma autorização, para que, no futuro, se for interessante, o Estado tenha condições de instituir e explorar concursos lotéricos.

É evidente que, o paranaense joga se quiser, manifesta intenção se assim lhe aprouver. Desta forma, Sr. Presidente, não concordamos com a manifestação do Deputado Basílio Zanusso, liberamos a nossa bancada, para votar cada um de acordo com a sua consciência. E também não podemos concordar com o Deputado Basílio Zanusso, ilustre líder do PFL nesta Casa, quando afirma que o Sr. Governador Álvaro Dias criou o Partido Trabalhista Brasileiro, no Paraná, e agora o amaldiçoa. Nem criou e nem amaldiçoou, Sr. Presidente.

O Partido Trabalhista Brasileiro existe a nível Nacional, não foi criado aqui no Paraná; pode ter dado a sua participação, uma ajuda, uma colaboração para o desenvolvimento deste Partido do Paraná, Partido Trabalhista Brasileiro, que tem em suas fileiras, ilustres homens do Paraná, homens dignos, honrados, que têm a sua vontade própria; manifestam a sua vontade com coerência, e que nós devemos respeitar os companheiros que hoje pertencem às fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, demais presentes aqui.

O Partido dos Trabalhadores continua votando contra projetos desta feitura, porque nós julgamos que um governo sério não pode priorizar uma preocupação como esta. A preocupação de embasar sua arrecadação na exploração da loteria, usando e

abusando do momento de crise, aonde a população está com sentimento de instabilidade, aonde apelam para o desespero, e o Estado contribuindo e oficializando essa preocupação da população, que vai jogar na sorte.

Anteontem, quando nós discutimos esse projeto, em 1ª Discussão, procurei aprofundar, provocar discussão dessa matéria.

Temos inúmeras loterias, loteria federal, jogatinas federais. Temos loteria estadual, temos jogos que são ilegais, que às vezes a população confia mais naqueles que são ilegais, do que naqueles que são legalizados.

Então, acho que, desculpe o líder da Bancada do PMDB, não posso concordar que nós vamos votar favorável, porque joga quem quer. Essa não deve ser a postura de um governo, de governo nenhum.

A jogatina, ela é prejudicial à maioria da sociedade. Toda jogatina é prejudicial à maioria da sociedade. E sempre visa favorecer meia dúzia. Todo jogo de sorte, é condenável pela sociedade, porque, provoca ajuda para meia dúzia, e o sacrifício para a maioria.

Essa não deve ser a postura de um governo, a postura de um Poder. Um Poder tem que praticar exatamente o contrário. Ele tem que zelar e estabelecer regras que contemplem a vontade da maioria, e em detrimento das minorias. É isso que o Estado tem que se preocupar.

Outro ângulo que eu gostaria de deixar destacado aqui, não concordando com a expressão manifestada pelo Líder da bancada do PMDB, de que joga quem quer. Joga quem quer mas o Estado não pode ser o aval desse espírito.

Quero fazer uma comparação compreensível; vamos imaginar o seguinte: que este Parlamento, cada Parlamentar fosse proprietário de uma área de terra, de uma colônia, seria permitido que um vizinho seu fosse armar arapuca na sua terra para prender a sua galinha? Não é permitido. A mesma coisa é quando se aprova mais uma jogatina.

Não vamos permitir que fiquem armando arapuca para estes que estão ansiosos, no desespero, que estão apelando para a sorte, para que eles tenham uma facilidade maior de serem pegos. É a mesma coisa.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado do Paraná, para arrecadar recursos, já tem uma tributação excelente, temos leis, que se forem praticadas com competência, com capacidade, vão arrecadar para atender a única justificativa que nos comove para prestar serviço social na argumentação desse projeto do nobre Deputado Orlando Pessuti. Não justifica criar loterias, investir vinte e seis

bilhões de cruzados no orçamento do ano que vem para investimentos lotéricos, isto não justifica, simplesmente com esta justificativa: para investir no campo social.

Preocupa-nos também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este momento, a sociedade paranaense vai responder, vai se indignar com estes cinco impostos novos ou ampliados que nós vamos votar, agora, a partir da semana que vem, oriundos de vontade do Executivo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos votar contra. Não vamos permitir. Este Parlamento tem que tomar uma atitude digna, não vamos permitir que a sociedade paranaense tenha que seguir a orientação do Poder Executivo, avaliado pelo Poder Legislativo e de agora em diante se a gente quer sobreviver, o negócio é jogar. É jogar fora o pouco que a gente tem para arriscar, ver se a gente consegue viver no futuro ou então, estaremos mortos para sempre.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem)-Senhor Presidente, Srs. Deputados, solicitamos a palavra, Pela Ordem, para registrarmos a presença, em Plenário, na manhã de hoje, do Padre Salvador Penna, DD. Reverendíssimo Padre Vigário da Paróquia Santa Cruz, na cidade de Guarapuava.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, só para um esclarecimento. Eu já entendi que esse projeto já foi aprovado. Agora, estranho é quando o Deputado Pedro Tonelli pede aos companheiros para votarem contra este projeto. Vossa Excelência já fez a leitura, já saiu aprovado o Projeto, já entendo até que é matéria vencida, mas Vossa Excelência está sendo democrático em ceder aos Deputados como iniciou pelo Deputado Basílio Zanusso, que foi aberto um precedente para discutir o Projeto, mas eu entendo que já é matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa, se Vossa Excelência permitir, vai responder a Questão de Ordem do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, em primeiro lugar.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A matéria, realmente, foi aprovada. A Mesa considerou aprovada, mas o Deputado Basílio

Zanusso requereu para encaminhamento de votação e a Mesa com liberalidade concedeu a palavra ao Deputado Basílio Zanusso. Entretanto, resta o pedido de verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro, então, neste momento, verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Quero parabenizar Vossa Excelência pela maneira como conduz os trabalhos na Presidência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Muito obrigado.

A Mesa vai proceder à verificação de votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, permitido por Vossa Excelência que este Deputado e o Líder do PT falassem acerca do projeto em segunda discussão e tendo o Deputado Edmar Luiz Costa solicitado a palavra também para o seu encaminhamento, antes da verificação, solicito que Vossa Excelência permita ao Deputado Edmar fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente.

A Mesa concede a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa, para encaminhamento de votação ou justificação de voto.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, que as minhas palavras sejam, então, de justificação de voto.

Em princípio, Senhor Deputado Presidente desta Casa, Deputados integrantes do Plenário, não sou contra projetos que visem a criação de novos sorteios lotéricos no Estado do Paraná, desde que tenham ou desde que façam a tentativa de reter no Estado do Paraná os recursos que o Governo Federal, através da Loto, da Sena e da Loteria Federal, tem sugado do Paraná e levado para outros Estados. Mas, abstenho-me de votar neste projeto por um detalhe que peço a vênha dos Srs. Deputados para explicar.

Quando esta Casa discutiu o projeto de Lei de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, criando a LOTOPAR, eu fui o Relator da matéria, na Comissão de Constituição e Justiça e dei meu Parecer favorável e em Plenário votei favoravelmente.

Não foi iniciativa do Governo, do Palácio do Governo, pois recorro-me perfeitamente que àquela época havia ameaça, não velada, mas clara, de que o Governador vetaria a matéria.

Foi uma iniciativa deste Parlamento, do Deputado Artagão Mattos Leão, esbarrou numa inteligência nebulosa que existe

no Palácio Iguaçu que é um tal de Jabur, assessor de casos de jogos e outras coisas do atual Governo do Estado. Ele conseguiu complicar a LOTOPAR de tal maneira ao início, que ninguém jogava porque ninguém conseguia decifrar a fórmula de jogar. Esse mesmo Jabur que quase faliu a LOTOPAR no seu nascimento, quase consegue falir também a Loteria do Estado do Paraná, quando inventou a fórmula dos seis algarismos, ao invés dos cinco tradicionais em todas as loterias do Brasil. Esse mesmo Jabur, ao que consta, é o homem responsável por entendimentos havidos com o jogo do bicho que acabou prejudicando o povo do Estado do Paraná, porque os banqueiros não colaboraram com nada e o dinheiro que foi arrecadado, se é que foi arrecadado, porque ninguém prestou contas até hoje, saiu do bolso dos pobres. Explico por que: antes do atual Governo e do famoso acordo que foi noticiado pela Imprensa, o agenciador do jogo do bicho é o dono do bar da esquina, é o barbeiro que faz o jogo, ele dava para o apostador dez por cento. Um exemplo: no dinheiro de hoje, alguém ia ali na esquina jogava quinhentos cruzados no jogo do bicho e ele dava um comprovante de jogo de quinhentos e cinquenta cruzados. Feito o famoso acordo que ninguém sabe como foi, caiu essa comissão de dez por cento. Saiu de quem? Saiu do povo apostador. Mais ainda: o agenciador tinha uma comissão que variava de 20 a 30%. O agenciador é o barbeiro, é o aposentado, é o dono do pequeno armazém de bairro, enfim, gente humilde que trabalha no jogo do bicho porque necessita sobreviver. Essa comissão de vinte a trinta por cento, graças ao acordo parece que engendrado pelo tal de Jabur nebuloso do Palácio Iguaçu, fez com que a comissão caísse para doze por cento. Portanto, tirou-se dinheiro do povo, mas não se tirou dinheiro dos donos do jogo do bicho. Não se sabe para onde foi esse dinheiro que foi retirado do bolso do povo. Por isso que agora temo bastante em votar a favor deste projeto que é enormemente genérico, porque autoriza a criação de novos jogos e caia na mão desse Jabur famoso e ele invente mais alguma coisa para prejudicar o povo do Estado do Paraná.

Dáí porque abstenho-me hoje de votar, e em terceira discussão, em terceiro turno tomarei uma posição definitiva.

Mas faço um apelo para que desapareçam com esse Jabur antes que ele faça desaparecer o serviço de loterias do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter à verificação de votação.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu acho que Vossa Excelência está agindo democraticamente, mas estava inscrito o último Deputado, Deputado Edmar Luiz Costa, e eu gostaria de pedir a compreensão do Deputado Nereu e do Deputado Rafael Greca, de que está fugindo do Regimento, uma vez que a matéria já foi aprovada e Vossa Excelência abriu um precedente e eu gostaria de pedir aos Deputados que não se inscrevessem mais para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. 8 (oito) Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que o rejeitam queiram levantar-se. 5 (cinco) Senhores Deputados o rejeitam. Não há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Senhor Presidente, queria apenas registrar a presença neste plenário durante esta sessão, do Senhor Antônio Alberto Scoparo, Prefeito eleito do município de Cruzeiro do Oeste, e do Vice-prefeito eleito, Antônio Mazzei, ambos pertencentes ao partido Democrata Cristão, e do Doutor Valter Botan, advogado naquela Comarca e Município.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Sr. Presidente, quero só registrar a presença do Prefeito do município de Indianópolis, Norberto Martins Quental, e do atual Vice-Prefeito eleito pelo PMDB, Sr. Manoel Dornellas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai mandar registrar a presença honrosa dos Srs. visitantes.

A Mesa consulta às Lideranças se deve marcar sessão amanhã pela manhã ou só para segunda-feira.

(As Lideranças manifestam-se para segunda-feira).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs

303/88 e 304/88.

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução
nºs 66/88, 67/88, 70/88 e 71/88.

O Sr. Presidente lembra ainda aos presentes que amanhã, sexta-feira, dia 09, às

Curitiba, quinta, em 08.12.88

dezesseis horas, será realizada a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Hayao Washida.

Levanta-se a sessão.